



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2023-CGDF, nos termos do Padrão nº 04/2002.

Processo nº 00480-00001952/2022-91

SIGGo: 048418

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

1.1. O Distrito Federal, por meio da CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL - CGDF, com sede no Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 13º andar, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por Daniel Alves Lima, portador da Carteira de Identidade nº 1.827.617 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 711.849.371-68, na qualidade de Secretário de Estado Controlador-Geral do Distrito Federal, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e a Empresa SUPER ESTÁGIOS LTDA - EPP, doravante denominada CONTRATADA, com sede na Rua Copaíba, Lote 01, Torre B, Sala 1306, Shopping DF Plaza - Águas Claras - Brasília/DF - CEP 71919-540, inscrita no CNPJ sob o nº 11.320.576/0001-52, representada neste ato por Poliana Modenesi Ferraz, com registro na OAB/ES nº 17938, inscrita no CPF sob o nº 099.724.757-60, na qualidade de Sócia Administradora, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece ao Termo de Referência 13 (96815331), o Edital de Licitação PE 148/2022 - Contratação de Instituição de Ensino (99600152), a Proposta de Preços - SUPER ESTÁGIOS LTDA EPP (101239290), o Informativo - COMPRASNET - Termo de Adjudicação (101529523), o Informativo - COMPRASNET - Termo de Homologação (101943250), com fundamento na Lei nº [10.520/2002](#), regulamentada pelo Decreto nº [10.024/2019](#), bem como na Lei nº [8.666/1993](#) e demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de agenciamento e integração junto às instituições de ensino, objetivando a realização de estágios para estudantes dos ensinos médio e superior para preenchimento de até 56 (cinquenta e seis) bolsas de estágio, para atender às necessidades da Controladoria-Geral do Distrito Federal, nas condições e forma descritas neste Contrato e de acordo com as disposições constantes no Termo de Referência 13 (96815331), no Edital de Licitação PE 148/2022 - Contratação de Instituição de Ensino (99600152), na Proposta de Preços - SUPER ESTÁGIOS LTDA EPP (101239290), que passam a integrar o presente Termo, independentemente de sua integral transcrição, conforme detalhamento a seguir:

VALOR DA BOLSA-ESTÁGIO E AUXÍLIO-TRANSPORTE					
Descrição		Quantidade (A)	Valor Mensal da Bolsa (B)	Valor Total Estimado Mensal (C) (A x B)	Valor Total Estimado Anual (D) (C x 12)
BOLSA-ESTÁGIO NÍVEL MÉDIO		03	R\$ 560,00	R\$ 1.680,00	R\$ 20.160,00
BOLSA-ESTÁGIO NÍVEL SUPERIOR		53	R\$ 800,00	R\$ 42.400,00	R\$ 508.800,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE(R\$ 11,00 x 22 dias)		56	R\$ 242,00	R\$ 13.552,00	R\$ 162.624,00
Valor Total da Bolsa-Estágio e Auxílio Transporte (E)					R\$ 691.584,00
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO					
Item	Descrição	Quantidade de Bolsas (F)	Taxa de Administração Estimada (G)	Valor da Taxa de Administração Mensal (H) (F x G)	Valor da Taxa de Administração Anual (I) (H x 12)
01	Contratação de empresa para prestação de serviço de agenciamento e integração junto às instituições de ensino, objetivando a realização de estágios para estudantes dos ensinos médio e superior para preenchimento de até 56 cinquenta e seis) bolsas de estágio existentes na Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF.	56	R\$ 17,94	R\$ 1.004,64	R\$ 12.055,68
Valor Total do Contrato (J) = (E+I)					R\$ 703.639,68

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTE

5.1 - O valor total do Contrato é de R\$ 703.639,68 (setecentos e três mil seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos), procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

5.2 - Será admitido o Reajuste do valor do Contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aplicado somente sobre a Taxa de Administração, apurado durante o período, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, conforme o art. 2º do Decreto nº 37.121/2016 c/c o Parecer Referencial nº 10/2020 - PGDF/PGCONS.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04.122.8203.2422.9638

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 - O empenho inicial é de R\$ 281.900,00 (duzentos e oitenta e um mil e novecentos reais), conforme Nota de Empenho nº 2023NE00076, emitida em 10.02.2023, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento;

7.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA, nos termos do art. 2º do Decreto nº 37.121/2016 c/c o Parecer Referencial nº 10/2020 - PGDF/PGCONS.

7.3. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB, exceto os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01.03.2023, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, por meio de Termo Aditivo, para os subsequentes exercícios financeiros, observado o limite estabelecido no Inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993, após a verificação da real necessidade e com vantagens para o Contratante na continuidade deste Contratado.

8.1.1. A Contratada não terá direito subjetivo à prorrogação contratual, o qual poderá ser prorrogado nos termos do item 8.1, quando comprovadamente vantajoso para a Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 8.1.1.1. estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 8.1.1.2. relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 8.1.1.3. justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 8.1.1.4. comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 8.1.1.5. manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- 8.1.1.6. comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA NONA – DAS GARANTIAS

9.1. A Contratada, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **1% (um por cento)** do valor do Contrato, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 9.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- 9.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 9.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 9.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

9.3. A garantia somente será liberada ante a comprovação pela Contratada de que pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, caso em que o pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a mesma será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES CONTRATANTE – DISTRITO FEDERAL

10.1. Solicitar ao agente integrador o encaminhamento de currículos, na conformidade dos pré-requisitos exigidos para a participação no estágio e de acordo com as suas necessidades;

10.2. Proceder à seleção dos estudantes encaminhados pelo agente integrador, distribuindo-os pelas suas unidades organizacionais solicitantes, respeitada a afinidade das atividades com o curso objeto do estágio;

10.3. Proporcionar condições ambientais adequadas para o desenvolvimento das atividades do estagiário;

10.4. Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do contrato a ser firmado;

10.5. Assegurar dotação orçamentária com vistas à manutenção do contrato a ser firmado;

10.6. Receber, controlar e informar ao agente integrador sobre a frequência mensal dos estagiários;

10.7. Propiciar ao estagiário a oportunidade de desenvolver atividades compatíveis com o seu curso, em que haja a efetiva aprendizagem de caráter social, profissional e cultural, atendendo aos preceitos legais de sua formação e propiciando a sua preparação para o trabalho produtivo;

10.8. Definir valor da Bolsa-estágio e valor do Auxílio-transporte;

10.9. Conceder recesso proporcional ou integral aos estagiários, na forma da lei;

10.10. Informar ao Contratado quaisquer irregularidades que importem na interrupção e/ou rescisão antecipada do estágio, bem como a intenção de promover modificações dos termos acordados inicialmente, para que sejam tomadas as devidas providências;

10.11. Encaminhar à Contratada os pedidos de rescisão e/ou renovação dos estágios em andamento;

10.12. Promover, juntamente com a Instituição de Ensino e à Contratada, o acompanhamento e avaliação do processo do estágio;

10.13. Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.

10.14. Designar servidores de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida do curso do estagiário, para orientarem e supervisionarem até 10(dez) estagiários, simultaneamente;

10.15. Comprometer-se a fiscalizar e punir quaisquer discriminações ou assédios ocorridos dentro do local de trabalho, sejam de qualquer natureza, que tragam malefícios ao estagiário, e comunicar à Contratada sobre o ocorrido e a punição aplicada, conforme dispõe o Decreto nº 41.536, de 1º de dezembro de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. Ter convênio de estágio com Instituições de Ensino superior públicas e privadas, que possuam portaria de funcionamento, bem assim portaria de autorização de curso, ambas emitidas pelo Ministério da Educação, e que ofereçam cursos nas áreas de interesse da Controladoria-Geral do Distrito Federal, em nível de graduação, estabelecendo as condições necessárias exigidas pela legislação vigente, para a realização de estágio de seus alunos;

11.2. Ter convênio de estágio com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que abranja Instituições de Ensino públicas do Distrito Federal e seu entorno, bem como com Instituições de Ensino médio privadas estabelecidas no Distrito Federal e seu entorno, que possuam portaria de funcionamento e autorização de curso emitida pela Secretaria de Estado de Educação, compreendidos os cursos de ensino médio regular, educação de jovens e adultos ou ensino supletivo de nível médio, curso técnico integrado ao ensino médio e ensino técnico;

11.3. Para fins de comprovação do cumprimento das exigências dos itens 10.1 e 10.2, a Contratante poderá solicitar, na ocasião da assinatura do contrato, declaração datada e assinada pelo representante legal, em que conste a relação de instituições conveniadas de ensino superior, públicas e privadas, que ofereçam cursos nas áreas de interesse da Contratante;

11.4. O agente de integração vencedor deverá cadastrar e contratar obrigatoriamente os estudantes que tenham contratos vigentes na CGDF, de forma a dar continuidade ao estágio e evitar desfalque no quadro de estagiários no decorrer da troca da empresa contratada;

11.5. Caso o estudante que tenha contrato vigente na CGDF esteja matriculado em Instituição de Ensino não conveniada com a Contratada, esta terá até 30 (trinta) dias, a partir da data de assinatura do contrato, para formalizar o convênio com a Instituição de Ensino a que pertence o estudante;

11.6. Criar e manter atualizado um cadastro-reserva de estudantes, de nível médio e superior, observadas a formação e qualificação dos estagiários e o perfil e necessidades da CGDF;

11.7. Manter sistemas informatizados eficientes e organização de rotinas adequadas a seleção de currículos e atendimento aos candidatos, bem como para a gestão dos contratos de estágio;

11.8. Manter a Controladoria-Geral do Distrito Federal informada e atualizada quanto aos aspectos legais e jurídicos que envolvem o estágio, principalmente quanto à definição do plano de atividades, da jornada de trabalho, do período permitido para a realização do estágio, dos recessos, das quotas para portadores de necessidades especiais, dos relatórios de finalização de estágio, da avaliação de desempenho, da adequação das atividades com o projeto pedagógico e da consonância com a legislação vigente;

11.9. Receber do Contratante as solicitações de estagiários, de acordo com as vagas disponibilizadas, indicando as condições para a sua realização, atividades a serem desenvolvidas e requisitos escolares exigidos para a seleção dos estudantes, de acordo com a legislação e normas das Instituições de Ensino;

11.10. Recrutar, pré-selecionar e encaminhar no mínimo 04 (quatro) currículos de estudantes candidatos a vaga de estágio, de acordo com o perfil estabelecido pela Contratante, tendo em vista as áreas de interesse da mesma, para se dedicarem às atividades relacionadas ao respectivo curso, em até 5 (cinco) dias úteis, após a solicitação da Contratante;

11.11. Lavar o Termo de Compromisso de Estágio, em 04 (quatro) vias, e entregá-lo ao estudante em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento dos nomes dos estudantes selecionados pela Contratante, no qual deverá constar os seguintes elementos, dentre outros:

11.11.1. Identificação da Instituição de Ensino, com o nome/razão social, endereço, telefone, CNPJ e nome do representante legal responsável pelo estágio;

11.11.2. Identificação da parte concedente, com o nome/razão social, endereço, CNPJ e nome do supervisor do estágio;

11.11.3. Identificação do estagiário, com nome completo, CPF, RG e data de emissão, data de nascimento, endereço, telefone, ano ou semestre em que está matriculado, curso e nível de ensino;

11.11.4. Vigência do Termo de Compromisso;

11.11.5. Jornada diária e semanal a ser cumprida;

11.11.6. Valor da Bolsa-estágio e do Auxílio-transporte;

11.11.7. Discriminação das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;

11.11.8. Indicação do número da apólice do seguro contra acidentes pessoais e nome da companhia seguradora;

11.11.9. Condições de realização do estágio, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008;

11.11.10. Obrigações de todas as partes: Concedente, Estagiário, Instituição de Ensino e Contratada, nos termos da Lei 11.788/2008 e Decreto nº 3.769, de janeiro de 2006;

11.11.11. Qualificação das partes e respectivas assinaturas;

11.11.12. Plano de atividades, quando exigido pela Instituição de Ensino;

11.12. Orientar os estudantes de que as atividades de estágio somente poderão ter início após entregarem, à Controladoria-Geral do DF - CGDF, o Termo de Compromisso devidamente assinado por todas as partes e quando exigido pela Instituição de Ensino;

11.13. Fornecer aos estagiários um "Manual do Estagiário", contendo informações de interesse e normas de conduta atitudinal e comportamental a serem observadas pelo estagiário no desempenho de suas atividades;

11.14. Realizar o acompanhamento administrativo, inclusive com relação à documentação legal para efetivação do estágio, especialmente, convênios, Termo de Compromisso, bem como formulários para procedimentos obrigatórios e pertinentes ao estágio;

11.15. Fornecer aos novos estagiários crachá de identificação, incluindo o porta-crachá, dos quais deverão constar fotografia, nome completo do estagiário e a identificação da Controladoria-Geral do Distrito Federal até 5 (cinco) dias úteis do seu ingresso, conforme modelo estabelecido pela CGDF;

11.16. Disponibilizar à Contratante relatório de avaliação semestral e relatório das atividades de estágio, para preenchimento semestral pelos supervisores, do qual deverá constar campo próprio para ciência do estagiário;

11.17. Solicitar ao estagiário, a qualquer tempo, documentos comprobatórios da regularidade de sua situação escolar atual, comunicando imediatamente a Contratante sobre qualquer irregularidade;

11.18. Providenciar seguro de acidentes pessoais em favor dos estagiários, entregando aos mesmos o Certificado Individual de Seguro;

11.19. Efetuar, mensalmente, em nome da Contratante, o pagamento da Bolsa-estágio e do Auxílio-transporte aos estagiários, até o 10º dia útil do mês subsequente da realização do estágio, observado o item 4.10;

11.20. Informar a contratante sobre o término dos estágios, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias;

11.20.1. Emitir em até 03 (três) dias úteis, contados da solicitação da contratante, os Termos Aditivos de prorrogação do estágio, bem como entregar as 04 (quatro) vias para os estagiários, orientando-os a fazer a coleta das assinaturas e entregar a via da CGDF em tempo hábil antes do término da vigência do termo de compromisso;

11.21. Solicitar ao estagiário, antes da entrega dos Termos Aditivos de prorrogação, a declaração escolar a fim de averiguar se ainda há vínculo entre esse e a sua instituição de ensino ou se há alguma irregularidade acadêmica;

11.22. Enviar em até 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do resumo dos pagamentos do mês pela Contratante, nota fiscal, fatura mensal referente aos valores devidos a cada estagiário a título de Bolsa-auxílio e Auxílio-transporte e valor total devido a título de taxa de administração, acompanhada dos documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

11.23. Efetuar em até 02 (dois) dias úteis, contado do repasse dos recursos pela Contratante, o depósito das Bolsas-auxílio e do Auxílio-transporte nas contas bancárias dos estagiários;

11.24. Enviar em até 02 (dois) dias úteis, contados do repasse aos estudantes, documento comprobatório dos depósitos da Bolsa-auxílio e Auxílio-transporte efetuados nas contas bancárias dos estagiários;

11.25. Possuir unidade de atendimento, escritório ou filial no Distrito Federal, com a devida inscrição local e as instalações adequadas à prestação dos serviços ora contratados, em especial para atendimento presencial dos estudantes;

11.26. No caso da Contratada não possuir um escritório de representação no Distrito Federal, será concedido prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir do início da vigência do contrato, para sua implantação;

11.27. Designar um Coordenador, para responder pelas questões técnicas, administrativas e legais junto à Contratante;

11.28. Fornecer ao estagiário, quando necessário, declarações ou certificados de estágio e outras informações julgadas pertinentes;

11.29. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, por qualquer forma, as obrigações assumidas oriundas do contrato, nem subcontratar;

11.30. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/1993;

11.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º, do Art. 57, da Lei Federal nº 8.666/1993;

11.32. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação e da execução é aquela prevista no Edital de Licitação PE 148/2022 - COLIC/SCG/SPLAN/SEEC-DF (99600152).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto e desde que previamente justificado nos autos.

13.2. A alteração de valor contratual, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

13.3. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO EXECUTOR

14.1 - O Distrito Federal, por meio da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF, designará um executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

14.2 - Do acompanhamento e fiscalização:

14.2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por servidor designada, na forma dos arts 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e dos Decretos nº 32.598/2010 e nº 32.753/2011;

14.2.2. O órgão contratante deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida;

14.2.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

14.2.3.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

14.2.3.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação exigidas;

14.2.3.3. Qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

14.2.3.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

14.2.3.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

14.2.3.6. A satisfação do público usuário.

14.2.4. O fiscal do contrato ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar ao gestor para que este promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2.5. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2.6. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto deste Termo de Referência, a Contratante reservar-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

15.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente em comum acordo, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração e não haja motivo para rescisão unilateral do ajuste, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUSTENTABILIDADE

17.1. A Contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93, que estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais como menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROIBIÇÃO DE CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO

18.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

18.2. É vedado qualquer tipo de discriminação contra a mulher, nos termos do Decreto Distrital nº 38.365, de 26 de julho de 2017.

18.3. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:

I - incentive a violência;

II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;

III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;

IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;

V - seja homofóbico, racista e sexista;

VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;

VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

19.1. Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, inciso XXXIII e artigo 227, §3º, inciso I, da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

20.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO CUMPRIMENTO AO DECRETO DISTRITAL Nº 32.751/2011

21.1. Os editais de licitações e de chamamentos públicos estabelecerão a impossibilidade de participação de pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

I - agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou

II - agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A empresa ofertante do produto / serviço a ser contratado não poderá possuir entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos ou empregados, qualquer pessoa que seja funcionário de carreira ou que exerça cargo em comissão no Governo do Distrito Federal, pois isso deverá observar o § 2º, do Art. 3º, do Decreto nº 32.751/2011, no qual veda o nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal.

22.2. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, forma prevista conforme o disposto no art. 58 da Lei nº 8.666/93.

22.3. O foro para dirimir eventuais conflitos acerca do presente objeto de contratação deverá ser o do Distrito Federal, seção de Brasília.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

23.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo lavrado e assinado pelas partes.

DANIEL ALVES LIMA

Secretário de Estado Controlador-Geral do Distrito Federal

POLIANA MODENESI FERRAZ

Sócia Administradora



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL ALVES LIMA - Matr.0281903-1, Secretário(a) de Estado Controlador(a)-Geral do Distrito Federal**, em 13/02/2023, às 14:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Poliana Modenesi Ferraz, Usuário Externo**, em 15/02/2023, às 17:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **105824209** código CRC= **A625993E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 12º ao 14º andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF